



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO



TERMO DE REFERÊNCIA
REGISTRO DE PREÇO – MATERIAL ELÉTRICO DIVERSOS I – 2025

Processo Administrativo SEI nº 0006593-32.2025.4.02.8001

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Aquisição de Materiais elétricos diversos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, pelo Sistema de Registro de Preços com vigência de 1 (um) ano, prorrogável na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

2. TABELA DE MATERIAIS

Item	COD. SIASG	Descrição dos itens	UND	QTD
1	421743	Sensor de presença externo de sobrepor de parede, com fotocélula – bivolt automático – Referência MPX70F-PLUS – Marca Margirius ou similar. 	PÇ	50
2	479519	Fusível de vidro. Corrente nominal 10A - Tensão 250V - Tamanho 5x20 mm. 	PÇ	200

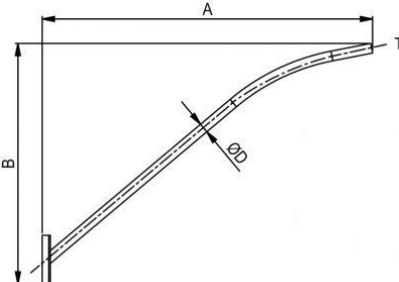




JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

3	366653	<p>Chuveiro elétrico com RESISTÊNCIA BLINDADA. Potência mínima 4400 W. Tensão 220V. Com cano. Referência Blinducha Lorenzetti ou similar.</p> 	PÇ	30
4	610540	<p>Luminária Pública LED de 90 a 100W. Temperatura de cor mínima 5000K. Grau de proteção IP65. Com certificação conforme portaria 62/2022 do INMETRO. Referência - Modelo Luminária Pública LED LEDSTAR® DURA - Marca Ledstar ou similar.</p> 	PÇ	30
5	601851	<p>Luminária Pública LED de 150 a 200W. Temperatura de cor mínima 5000K. Grau de proteção IP65. Com certificação conforme portaria 62/2022 do INMETRO. Referência - Modelo Luminária Pública LED LEDSTAR® DURA - Marca Ledstar ou similar.</p> 	PÇ	30


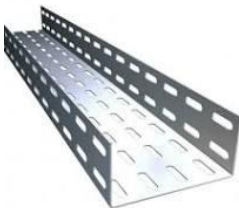



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

6	601255	<p>Braço curvo para luminária pública, com sapata para fixação através de parafusos, chumbadores e abraçadeiras, em aço galvanizado a fogo. Projeção de 1300mm(A); altura 90mm(B); diâmetro do tubo 48,3mm(D). Referência modelo FLB07126 – Marca FORTLIGHT ou similar.</p> 	PÇ	10
7	624592	<p>Bateria Lítio CR1220. Aplicação: Equipamentos Eletrônicos Em Geral; Características Adicionais: Tamanho 2,0mm x 12,0mm; Sistema Eletroquímico: Lithium; Tensão Nominal: 3 V; Formato: Moeda. Marca Elgin ou similar.</p> 	PÇ	100
8	373574	<p>Tomada de sobrepor – 2P+T 20A/250V – Marca Pial Legrand modelo Sistema x - Referência 6750 61 ou similar.</p> 	PÇ	500






JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

9	419521	<p>Tomada de sobrepor – 2P+T 10A/250V – Marca Pial Legrand modelo Sistema x - Referência 6750 60 ou similar.</p> 	PÇ	500
10	403418	<p>Eletrocalha em aço, pré zincada a fogo. Comprimento: 3.000 mm, altura: 100 mm, largura: 300 mm. Perfurada sem virola. Formato: "U". Espessura mínima: (Chapa 18) 1,25 MM. Referência modelo CKE 502 – Marca Calhas Kennedy ou similar.</p> 	PÇ	10
11	425198	<p>Tala conexão eletrocalha 100mm x 100mm. Junção simples. Chapa de aço galvanizado. Referência modelo CKE 549 – Marca Calhas Kennedy ou similar.</p> 	PÇ	20



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

12	406591	<p>Curva de Inversão de 90º grau para eletrocalha perfurada 100 x 300mm. Referência modelo CKE 521 – Marca Calhas Kennedy ou similar.</p> 	PÇ	10
13	403644	<p>Curva Vertical externa 90º grau para eletrocalha perfurada 100 x 300mm. Referência modelo CKE 520 – Marca Calhas Kennedy ou similar.</p> 	PÇ	10
14	624053	<p>Luminária Modular de embutir, tecnologia LED, potência: dois módulos de 50 Watts, tensão de operação entre 85 e 270 VCA, eficácia luminosa mínima 110 lúmens/Watt, temperatura da cor mínima 5000 K, fator de potência mínimo 0,92, temperatura de operação entre -35 e + 60 °C, dimensões aproximadas 600mm x 600mm – Referência Marca LedStar, modelo GS-100 ou similar.</p> 	PÇ	30



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

15	482697	<p>Disjuntor MINI bipolar 25A, 127/220 Vac, capacidade de interrupção mínima 3,0 kA – Curva C - NBR 60947-2 - NBR 60898, marca Eletromar ou similar.</p> 	PÇ	50
16	263772	<p>Perfilado perfurado 19mm x 38mm x 6000mm, chapa 22. Referência modelo BP-005 – Marca Bandeirante ou similar.</p> 	PÇ	5
17	610834	<p>Chumbador parabolt CBA 5/16" x 2.1/4" com parafuso e arruela. Referência código C56214 – Marca Ancora ou similar.</p> 	PÇ	50



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

18	323829	<p>Cabo unipolar em cobre, seção nominal de 185 mm², seção circular, antichama, formado por fios de cobre eletrolítico nu, têmpera mole e encordoamento classe 4 conforme a NBR NM 280, classe 06/1KV, isolação HEPR 90°C – composto termofixo extrudado a base de etilenopropileno de alto módulo e cobertura em PVC/ST2 90°C – composto termoplástico extrudado à base de policloreto de vinila, temperatura de 90°C em regime permanente e 130°C em regime de sobrecarga. Deverá possuir a cobertura na cor Preta. Acondicionados em Rolo de 100 metros.</p> <p>Os condutores devem atender NBR 7286: Cabos de potência com isolação extrudada de borracha etilenopropileno (EPR, HEPR ou EPR 105) para tensões de 1 kV a 35 kV. Referência Marca SIL ou similar.</p> 	RL	3
19	408157	<p>Terminal de compressão para condutor de 185 mm². Referência: Modelo: TM-185; Marca: INTELLI ou similar.</p> 	PÇ	50





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

20	409106	<p>Bateria chumbo ácida, selada, recarregável, 12 V – 7,2 Ah, dimensões máximas aproximadas (H x L x P) 100 mm x 151 mm x 65 mm, regulada por válvula (VRLA), livre de manutenção, a prova de vazamento, terminal tipo Faston F187 com posição D. Referência UP1272 Marca UNIPOWER ou similar.</p> <p>Obs.: A bateria deverá ter data de fabricação máxima de 06(seis) meses quando da data da entrega.</p>	PÇ	400
21	445584	<p>Luminária tipo tartaruga em ALUMÍNIO fundido, com difusor em VIDRO, compatível com LED tipo Bulbo. Cor branca. Grau de proteção mínima IP44, soquete cerâmico E27, dimensões mínimas (C x A x L) 22,5cm x 10cm x 12cm. Referência: Modelo FC-3210CBC Marca: Biancoluce ou similar.</p>	PÇ	60
22	364911	<p>Tomada de piso redonda com haste curta 2P+T padrão brasileiro – NBR14136 20A/250V. Cor preta. Referência VL4.43.4 Marca VALEMAM ou similar.</p>	PÇ	100



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

23	483452	Fita dupla face espuma 19mm x 5,5 metros - Referência: VHB™ 3M™ IG-110WF ou similar. 	RL	100
24	236728	Disjuntor tripolar caixa moldada fixo. Corrente nominal In: 800A. Tensão nominal Ue: 690 Vca. Tensão Nominal de Isolação Ui: 800 Vca. Marca STECK - Código SDJS800. 	PÇ	1

Obs.: Fotos meramente ilustrativas.

2.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Portaria nº JFRJ-PGD-2023/00005 da Direção do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, de 11 de maio de 2023.

2.2. O prazo de vigência do(s) contrato(s) é de 57 dias contados do recebimento da Nota de Empenho, na forma dos artigos 105 e 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 202, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: 55

Data de publicação no PNCP: 30/04/2024

Id do item no PCA: 55



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

5.1 A estimativa do valor da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

6.1. Forma de seleção e Critério de julgamento da proposta

6.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. Os requisitos da contratação estão descritos nos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

7.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

8.2 A contratação será atendida pela dotação indicada no item “Dotação Orçamentária” constante do Edital.

8.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. O prazo de entrega dos bens é de 20 dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.

9.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

- **SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO- CNPJ: 05.424.540/0001-16**
- **SEÇÃO DE ALMOXARIFADO (SEALM)**
- **RUA EQUADOR (VIA BINÁRIO DO PORTO), 613 - SANTO CRISTO - RIO DE JANEIRO – RJ
- CEP: 20.220-410.**
- **TELEFONES: (21) 3218-6612/6613**
- **HORÁRIO DE ENTREGA: 10:00 HS ÀS 17:00 HS**

9.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, por meio do endereço eletrônico, a ser fornecido pela empresa.



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

10.4 A contratada se obriga a definir e manter atualizados endereço eletrônico e número de telefone para comunicação com a contratante.

10.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.6. Fiscalização Técnica

10.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos, formalmente designados nos autos do processo administrativo de contratação;

10.6.2. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

10.6.3. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

10.6.4. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

10.6.5. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

10.6.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

10.7. Fiscalização Administrativa

10.7.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, elaborará o checklist de pagamento e registrará a quantidade de dias de atraso no adimplemento da obrigação, quando for o caso, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

10.7.2. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, dentro de sua esfera de competência, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

10.8. Gestão Contratual

10.8.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no processo administrativo de contratação, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

10.8.2 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa;

10.8.3 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

10.8.4 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas;

10.8.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de procedimento administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pela Subsecretaria Jurídico-Administrativa, conforme o caso;

10.8.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

10.9 Sustentabilidade:

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Manual de Sustentabilidade do Conselho da Justiça Federal:

Os materiais potencialmente poluidores (itens 14 e 23) deverão ser descartados nas próprias localidades por meio de políticas adotadas nas prefeituras locais. Caso não haja na localidade políticas de descarte dos itens mencionados, a localidade deverá encaminhar os materiais para a Seção de Manutenção e Instalações – SEMIN no transporte periódico contratado pela SJRJ. Na Capital, todo material será armazenado em local apropriado e posteriormente descartado pela Seção de Projetos Socioambientais – SEAMB.



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

11.1. Recebimento do Objeto

11.1.1. Recebimento Provisório

11.1.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo(a) Seção de Almoxarifado ou responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

11.1.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 dias corridos**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.1.2. Recebimento Definitivo

11.1.2.1. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 7 dias corridos, a contar do recebimento provisório, após a verificação da conformidade do objeto com as especificações técnicas.

11.1.2.2. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

11.2. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

11.3. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

11.4. Prazo de Pagamento

11.4.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento definitivo do objeto.

11.5. Forma de Pagamento

11.5.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

11.5.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.5.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.5.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, por ocasião da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.5.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Serão Aplicada em conformidade com a Portaria n. JFRJ-PGD-2022/00034 da Direção do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

12	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS		
12.2	CONDUTAS PASSÍVEIS DE SANÇÕES, CONFORME PORTARIA Nº JFRJ-PGD-2022/00034		
Quadro de Condutas - Tabela de Pontuação conforme tipo de infração			
ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	PONTUAÇÃO	INCIDÊNCIA
1	Descumprir o prazo de entrega estabelecido no item 9.1 do Termo de Referência. Atraso de 1(um) a 5(cinco) dias	1	Por ocorrência, sobre o valor da parcela inadimplida
2	Descumprir o prazo de entrega estabelecido no item 9.1 do Termo de Referência. Atraso de 6(seis) a 15(quinze) dias	3	Por ocorrência, sobre o valor da parcela inadimplida



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

3	Descumprir o prazo de entrega estabelecido no item 9.1 do Termo de Referência. Atraso de 16(dezesseis) a 30(trinta) dias	5	Por ocorrência, sobre o valor da parcela inadimplida
4	Descumprir o prazo de entrega estabelecido no item 9.1 do Termo de Referência. Atraso acima de 30(trinta) dias	10	Por ocorrência, sobre o valor da parcela inadimplida
5	Entregar material em desacordo com a especificação técnica apresentada no item B do Termo de Referência.	5	Por ocorrência, sobre o valor da parcela inadimplida
12.3	A inexistência de conduta expressamente definida e classificada no Termo de Referência não exime o Particular do cumprimento integral das obrigações assumidas.		
12.4	A classificação da conduta que não conste expressamente no Termo de Referência incumbe à gestão e/ou fiscalização contratual, por ocasião do descumprimento de qualquer item constado Edital, Termo de Referência ou Contrato.		
12.5	<p>No caso de descumprimento injustificado de qualquer prazo fixado pela Administração, poderá ser aplicada multa moratória, à proporção de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso, calculada à base de juros compostos, observadas as seguintes condições:</p> <p>a) A multa de mora incidirá sobre a parcela em atraso e poderá ser acumulada com quaisquer das demais sanções previstas nesta Portaria.</p> <p>b) O percentual acumulado da multa de mora ficará limitado a 30% (trinta por cento) do valor contratual.</p> <p>c) Os casos de atrasos superiores a 50% (cinquenta por cento) do prazo contratado poderão importar, além da aplicação da multa moratória máxima fixada na alínea anterior, atribuição de pontuação equivalente a uma falta de leve a gravíssima, à proporção da importância da parcela concretamente inadimplida.</p>		
12.6	Poderão ser aplicadas as demais sanções previstas na Portaria Nº JFRJ-PGD-2022/00034 da Direção do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.		

Rio de Janeiro, 07 de Abril de 2025.



Documento assinado digitalmente
WALTER LUIZ DE MIRANDA RODRIGUES
Data: 07/04/2025 16:04:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Walter Luiz de Miranda Rodrigues
Técnico Judiciário/Telecomunicações e Eletricidade



Documento assinado digitalmente
MOISES PITANGUI MAIA
Data: 07/04/2025 16:23:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Moisés Pitangui Maia
Supervisor SEMIM



Documento assinado digitalmente
CLAUDIA MESQUITA REZENDE RANGEL
Data: 07/04/2025 18:15:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Cláudia Mesquita Resende Rangel
Diretora Subsecretaria de Infraestrutura